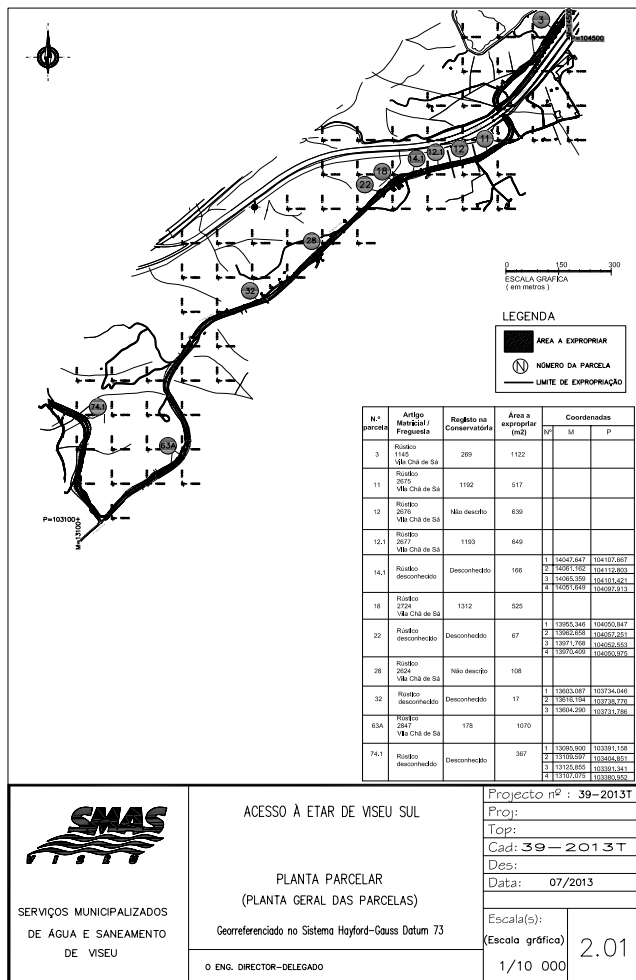


N.º parcela	Proprietário(s)	Área (m²)	Matriz (Freguesia)		N.º da descrição do registo predial
			Rústico	Urbano	
12	Herança de Joana Maria Leitão Pereira: Jorge Leitão Pereira Ivone Amália Leitão Pereira	639	2676 (Vila Chã de Sá)		Não descrito
12.1	José Lopes dos Santos Pereira Maria Arlete de Campos Pereira	649	2677 (Vila Chã de Sá)		1193
14.1	Desconhecido	166	Desconhecido (Vila Chã de Sá)		Desconhecido
18	Central de Mundão — Madeiras e Materiais de Construção Civil, L.ª	525	2724 (Vila Chã de Sá)		1312
22	Desconhecido	67	Desconhecido (Vila Chã de Sá)		
28	Maria do Rosário dos Santos	108	2624 (Vila Chã de Sá)		Não descrito
32	Desconhecido	17	Desconhecido (Vila Chã de Sá)		Desconhecido
63A	Maria Elisete Nunes Lopes Mendes	1070	2847 (Vila Chã de Sá)		178
74.1	Desconhecido	367	Desconhecido (Fail)		Desconhecido



Direção Regional de Cultura do Algarve

Louvor n.º 1170/2013

Ao cessar funções enquanto Diretora Regional de Cultura do Algarve, exprimo público louvor a Anibal Jesus Matias Cabrita, pela competência profissional que demonstrou no exercício das suas funções de motorista.

Refiro também a responsabilidade e a disponibilidade que imprimiu no desempenho das suas funções, bem como as suas qualidades pessoais, que muito contribuíram para o desenvolvimento de um bom ambiente de trabalho. É, pois, de inteira justiça, que lhe conceda este louvor.

3 de dezembro de 2013. — A Diretora Regional, *Dália Paulo*.

207452173

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Despacho n.º 16245/2013

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.º 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e, terminado o procedimento concursal de seleção para recrutamento do Diretor Adjunto do Departamento de Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística, IP, (INE), cargo de direção intermédia de 1.º grau, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente a nomeação do Licenciado Idílio Luís Freire, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, o candidato demonstrou deter competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequada ao exercício da função, possuindo igualmente conhecimento e experiência na área, reunindo as condições exigidas para o desempenho do cargo.

Nestes termos, é nomeado para o cargo de Diretor Adjunto do Departamento de Contas Nacionais, o Licenciado Idílio Luís Freire, em comissão de serviço, pelo período de três anos, ficando autorizado a optar pela retribuição da sua categoria neste instituto, nos termos dos n.ºs 9 e 11 do artigo 21.º e n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 136/2012, de 2 de julho.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de dezembro de 2013.

2013.12.05. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

4 de dezembro de 2013. — O Subdiretor-Geral, *Eugénio Barata*.
207451436

Nota curricular

Idílio Luís Freire, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1991), ingressou no Instituto Nacional de Estatística (INE) em novembro de 1992, como Técnico Superior de Estatística, no Departamento de Coordenação e Integração, área das Contas Nacionais.

Desde outubro de 2011 prestou apoio à direção do Departamento de Contas Nacionais, nomeadamente no processo de implementação do SEC 2010; coordenou o projeto de contas do património não financeiro e representou o INE em iniciativas associadas à economia não observada.

De março de 2002 a julho de 2010 chefiou o Serviço de Ramos de Atividade e o projeto de Paridades de Poder de Compra (2008-2010), tendo conduzido a implementação das bases de 2000 e 2006 das contas nacionais, incluindo a respetiva retropolação, e sendo corresponsável pela elaboração do Inventário de Fontes e Métodos da base 2000. Foi o responsável pela informação de suporte à elaboração do “relatório IVA”, para efeito do cálculo do Terceiro Recurso Comunitário (recurso IVA).

Entre janeiro e outubro de 2001, foi consultor sénior permanente num projeto de assistência e capacitação técnica no Líbano, especialmente no domínio das Contas Nacionais.

De março de 1998 a dezembro de 2000 integrou a equipa das Contas Trimestrais. Participou na compilação regular dos resultados e colaborou no desenvolvimento dos processos e métodos necessários à implementação do SEC95, com particular incidência na ótica da oferta, implementando-se a divulgação de resultados a preço correntes.

Entre novembro de 1992 e fevereiro de 1998 exerceu funções de técnico superior de estatística no domínio das contas nacionais anuais, sendo responsável pelas áreas de atividade da energia e químicos e participando nomeadamente no processo de integração e síntese da informação e na elaboração do Quadro de Entradas e Saídas da Energia

De setembro de 1991 a novembro de 1992 desempenhou funções no IFADAP, prestando apoio à Direção do Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa.

Ao longo do percurso profissional foi formador em diversas ações na área das Contas Nacionais, nomeadamente destinadas aos PALOP. Colaborou na construção dos quadros simétricos de input-output para a economia portuguesa. Participou em diversas reuniões e grupos de trabalho, em representação do INE, a nível nacional (grupos interdisciplinares no domínio da fraude e evasão fiscal) e internacional, nomeadamente Eurostat e OCDE. Representou o INE em diversas missões de auditoria, na área das Contas Nacionais e do “terceiro recurso comunitário” (IVA). Participação em várias reuniões e grupos de trabalho, em representação do INE, a nível nacional e internacional, nomeadamente no Eurostat e OCDE, e também nas missões de avaliação do programa de ajustamento económico e financeiro em Portugal.

207452279

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Contrato n.º 805/2013

**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
Aditamento CP/314/DDF/2013**

Alto Rendimento e Seleções Nacionais

**Aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo
CP/234/DDF/2013**

Entre o:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, e João Cravina Bibe, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º Outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Lutas Amadoras, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 50/93, de 29 de novembro de 1993, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 532/2013, de 11 de dezembro de 1993, com sede na(o) Rua da Lapa, 14 — 2.º, 1200-702 Lisboa, NIPC 500871787, aqui representada por Pedro Miguel Santos Silva, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º Outorgante.

Considerando que:

A. O 1.º Outorgante, e o 2.º Outorgante celebraram o Contrato-Programa CP/234/DDF/2013, em 30 de julho de 2013, tendo por objeto a

concessão de uma comparticipação financeira à execução do Programa de Alto Rendimento e Seleções Nacionais, que o 2.º Outorgante apresentou ao 1.º Outorgante e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano, o qual consta do anexo àquele contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;

B. O contrato-programa acima aludido foi publicado, nos termos da lei, como Contrato n.º 532/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de agosto de 2013;

C. Nos termos do disposto da cláusula 11.ª do contrato-programa CP/234/DDF/2013 “o presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro”;

D. Face ao exposto, verifica-se necessário proceder à revisão da comparticipação financeira de forma a garantir o cumprimento do programa de atividades apresentado pelo 2.º Outorgante;

Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo e do disposto no clausulado do contrato-programa n.º CP/234/DDF/2013 é celebrado o presente aditamento àquele contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do aditamento

O presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/234/DDF/2013, tem por objeto ajustar a comparticipação aos encargos com a execução do programa de Alto Rendimento e Seleções Nacionais do 2.º Outorgante.

Cláusula 2.ª

Alteração da Cláusula 4.ª do contrato-programa CP/234/DDF/2013

A comparticipação financeira indicada no n.º 1, da Cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/234/DDF/2013 é acrescida em 12.040,00 € fixando-se em 45.400,00 €.

Cláusula 3.ª

Alteração da Cláusula 5.ª do contrato-programa CP/234/DDF/2013

O montante de 12.040,00 € indicado no n.º 1, da Cláusula 2.ª, acima, é disponibilizado mensalmente, nos seguintes termos:

- 4.020,00 € até 15 (quinze) dias após a entrada em vigor do presente contrato-programa — aditamento e
- 4.010,00 € nos meses de novembro e dezembro.

Cláusula 4.ª

Produção de efeitos

O presente aditamento ao contrato-programa produz efeitos reportados à data da sua publicação no *Diário da República*.

Assinado em Lisboa, em 03 de dezembro de 2013, em dois exemplares de igual valor.

3 de dezembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *João Bibe*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Lutas Amadoras, *Pedro Miguel Santos Silva*.

207451809

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças
e do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 16246/2013

Observando a entrada em vigor da lei orgânica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., abreviadamente designada por Agência, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro,